

Um olhar sobre a inclusão educacional do índio macuxi em Boa Vista-RR

A look at the educational inclusion of Makushi Indian in Boa Vista-RR

Shirley Maria Torreias Dall'Agnol¹

Resumo: O artigo tem como temática “Um olhar sobre a inclusão educacional do índio macuxi em Boa Vista-RR”. A pesquisa tem por objetivo analisar de que forma ocorre o processo de inclusão educacional do índio macuxi, nas instituições públicas de ensino em Boa Vista-RR, considerando as suas diferenças étnicas. A metodologia embasa-se na pesquisa qualitativa de caráter descritivo, utilizando-se da história de vida, com técnicas de história oral, por meio de instrumentos de entrevistas, com questões semiestruturadas, registradas em gravação de voz com as devidas transcrições. A pesquisa possibilita relacionar o universo cultural do índio macuxi e as transformações ocorridas pela experiência sociocultural, na educação escolar não indígena, bem como interconexiona com a experiência de outros sujeitos que vislumbram a temática na ação das práticas institucionais do sistema educacional. O resultado das entrevistas realizadas contribuíram para refletir sobre a questão da inclusão de etnias, cultura, identidade e pluralidade e estabelecer recomendações como forma de potencializar o processo de inclusão da diversidade étnica, nas instituições públicas de ensino em Boa Vista-RR.

Palavras chaves: Índio Macuxi, Pluralidade Cultural, Inclusão Educacional.

Abstract: *This article has as its theme "A look at the educational inclusion of macuxi Indian in Boa Vista-RR." The research that based this study aimed to analyze how is the process of educational inclusion of Makushi Indian in the public education institutions in Boa Vista-RR, considering ethnic differences. The methodology was based on the qualitative descriptive character research using life history, with techniques of oral history through interviews, instruments with semi-structured questions, recorded in voice recording with proper transcripts. The research allowed to relate the cultural universe of the Indian Makushi and transformations in the sociocultural experience in non-indigenous school education and interconnection with the experience of other*

¹ Mestranda en Ciencias de la Educación, pela Universidad Autónoma de Asunción-Paraguay. E-mail: shirleytorreias@hotmail.com.

subjects looking out over the issue in the action of institutional practices of the educational system. The result of the interviews helped to reflect on the issue of inclusion of ethnicity, culture, identity and plurality and establishing recommendations in order to leverage the process of inclusion of ethnic diversity in the public education institutions in Boa Vista-RR.

Key words: *Indian Makushi. Cultural diversity. Prejudice and Discrimination. Inclusion.*

INTRODUÇÃO

A presença de grupos socioculturais no cenário da educação brasileira tem provocado debates e delineamento de políticas públicas que focalizam a construção de uma escola cidadã. No contexto educacional em Boa Vista-Roraima, adquire uma configuração específica, relacionada à diversidade étnica da população roraimense, que tem por base de formação a construção histórica, política e cultural.

As diferenças étnicas, enquanto expressão plural estabelecem diversas formas de comunicação e de linguagem, que marcam suas identidades e pertencimentos a determinados grupo étnicos. Porém, o processo estabelecido nas relações com o sistema educacional em Boa Vista-RR, converte-se em situação problema, visibilizadas nesta pesquisa enquanto processo de homogeneização, preconceito e discriminação, marcas identitárias que são rejeitadas e inferiorizadas no dia a dia da escola. Por outro lado, o estudo aponta as reivindicações de igualdade de acesso a bens e serviços e, de reconhecimento político e cultural para com os grupos étnicos. Nesse sentido, faz-se necessário pensar a educação enquanto função social e política, como forma de desenvolver processos de inclusão de cultura, identidade, pluralidade e etnia nas instituições educacionais de Boa Vista.

O interesse pela linha de pesquisa mencionada tem como consequência a formação da pesquisadora, na área de Ciências Humanas, com licenciatura em História e temas relacionados às relações afro-brasileiras e indígenas. A viabilidade da pesquisa decorreu de sua atividade profissional e docente o que favorece o universo de estudo sobre as questões apontadas no decorrer desta investigação, destaca-se também o fácil acesso às instituições e aos sujeitos pesquisados.

A temática sobre o índio citadino ou urbano tem sido objeto de estudo de pesquisadores em nível local nacional e estrangeiro, o que possibilitou um olhar propedêutico sobre o tema. Nas publicações locais sobre a temática apontam como eixos: Estado, Cultura, Migração, Identidade e

Educação indígena. Porém, na literatura em questão nota-se a ausência de um olhar mais reflexivo sobre as questões de inclusão educacional e diferenças étnicas, o que traduz o interesse pela pesquisa mostrando-se inédito e de interesse da comunidade acadêmica.

Neste sentido, o artigo refere-se aos resultados obtidos na minha pesquisa de mestrado intitulada “O processo de inclusão educacional do índio citadino e a diferença étnica no sistema educacional em Boa Vista, Roraima, realizada em 2015”, sendo apresentada na Universidad Autónoma de Asunción-Paraguay, como requisito parcial para obtenção de título de Maestría en Ciencias de la Educación, sob a orientação da Prof^a Dra. Viviana Jiménez Chaves. Desta forma, a pesquisa teve por objetivo analisar de que forma ocorre o processo de inclusão educacional do índio macuxi nas instituições públicas de ensino em Boa Vista-RR, considerando suas diferenças étnicas.

Mediante os resultados da pesquisa elaborou-se as recomendações no sentido de potencializar o processo de inclusão educacional do índio macuxi, na perspectiva de garantir o reconhecimento e à valorização das diferenças culturais no contexto educacional, enquanto sujeito ativo e, em construção, considerando a tomada de consciência sobre a diversidade e as diferenças étnicas, o que requer a desconstrução de conceitos colonialistas impregnados nos espaços sociais, e os aportes teóricos sobre o pluralismo cultural, construídos pelo conceito de diversidade cultural, a Lei nº 11.645/2008, as Diretrizes para o Atendimento de Educação Escolar de Crianças, Adolescentes e Jovens em situação de Itinerância, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, enquanto ferramentas que buscam a construção de uma relação mais respeitosa e promotora da justiça social, por meio de práticas educacionais, como forma de ampliar o diálogo intercultural entre a diversidade humana.

METODOLOGIA

Este estudo embasou-se na pesquisa qualitativa de caráter descritivo, utilizando-se da história de vida, com técnicas de história oral, por meio de instrumentos de entrevistas, com questões semiestruturadas, registradas em gravação de voz e as devidas transcrições, onde para Sampierri, Collado & Lucio (2006) a história de vida é o método no qual “se solicita a um ou vários indivíduos que narrem suas experiências de maneira cronológica em termos gerais, ou sobre um ou mais aspectos específicos (de trabalho, educativo, sexual, conjugal, etc.)” (p. 396). Desta forma,

fica evidente que, a história de vida tem o intuito de superar o subjetivismo, estabelecer estratégias de análise das memórias e constituir-se em método de coleta de dados (Chizzotti, 2013).

Considerando os pressupostos citados em relação à metodologia de história de vida, buscou-se pelo diagnóstico da realidade a ser estudada, pela clareza do tema, pelos objetivos propostos e pelo conhecimento do contexto histórico, para a realização da presente investigação.

O perfil dos sujeitos da pesquisa indica-se pela etnia Macuxi por representar a maior população de indígenas presentes na cidade de Boa Vista, Roraima. A história de vida revela a experiências de duas professoras, atuantes na docência do Ensino Fundamental, na modalidade de educação indígena, na comunidade de São Marcos, localizada no município de Pacaraima-RR. Os relatos das entrevistadas compõem-se de suas trajetórias no sistema estadual de educação em Boa Vista e, suas memórias enriquecem com detalhes o desenvolvimento da investigação. Além desses sujeitos a pesquisa traz a interconexão das entrevistas com outras três professoras que compartilham suas experiências e visões sobre a temática na perspectiva institucional de educação inclusiva para com a diversidade étnica.

Assim, o universo da pesquisa compõe-se de cinco sujeitos, portanto é uma amostra intencional, pois analisa-se um determinado fenômeno sem ter a preocupação de fazer generalizações em relação ao universo da pesquisa, de modo que a análise do fenômeno pesquisado, possibilitou um olhar atento e holístico da pesquisadora, considerando as complexidade que envolve o contexto do índio macuxi no sistema educacional de ensino público em Boa Vista.

As experiências vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa sobre a inclusão educacional do índio macuxi são narradas por duas professoras, denominadas de (P1) e (P2), classificadas como sujeitos principais e (P3), (P4), (P5) como sujeitos secundários.

As entrevistas foram analisadas na dimensão I com as narrativa dos sujeitos (P1) e (P2) nos seguintes aspectos: identidade e diferenças, educação escolar, preconceito e discriminação étnico-racial. Na dimensão II as narrativa dos sujeitos (P3, P4 e P5) nos aspectos: pluralidade cultural e inclusão educacional. A pesquisa possibilita relacionar o universo cultural do índio macuxi e as transformações ocorridas pela experiência sociocultural, na educação escolar não indígena, bem como interconexiona com a experiência de outros sujeitos que vislumbram a temática na ação das práticas institucionais do sistema educacional.

Assim, a pesquisa não limitou-se a descrever fatos, situações e contextos mas, sobretudo, lançou um olhar sobre a inclusão educacional de etnias, apoiando-se no referencial teórico adotado, o possibilitou analisar pontos de encontros e desencontros entre a teoria e a prática no contexto das relações vivenciadas nos espaços escolares.

RESULTADOS

A história de vida das pesquisadas e suas experiências pessoais no sistema educacional relaciona a definição de suas profissões na perspectiva de servir a comunidade macuxi como professoras. O alcance desse objetivo ocorreu mediante suas aprovações em concurso público, realizado pelo governo do estado de Roraima, na modalidade de educação indígena. Pode-se aferir, entretanto, que um dos aspectos relacionados as suas escolhas profissionais estão ligados por laços de afetividade e apreço a sua origem.

A dimensão sobre identidade e diferença dos sujeitos da pesquisa, revelam-se pela autodeclaração de pertencimento à etnia Macuxi, cuja descendência indígena são atribuídas a herança materna, e descrevem em suas características fenótipos, constituídas de pele clara, olhos castanhos, estatura mediana, como herança paterna, sendo suas identidades firmadas etnicamente pela mãe.

Sobre a identidade do sujeito, Sodré (1999) afirma que ela é designada dentre um complexo relacional que liga o indivíduo a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive.

No que se refere ao domínio linguístico, as entrevistadas afirmaram dominar a Língua Portuguesa, porém, não falam a língua materna, mas compreendem qualquer tipo de comunicação do seu povo e, consideram que *“isso é muito importante para manter a interação com a comunidade”*. Sobre isso, Luciano (2006) corrobora com este pensamento no que diz respeito ao domínio linguístico, nos remetendo ao seguinte entendimento, que embora a língua não seja o principal elemento identificador de um povo indígena, ela é um fator preponderante de (re) produção dos saberes tradicionais, bem como de incorporação dos novos conhecimentos do mundo externo ao grupo.

As entrevistadas avaliam ser muito difícil a migração de crianças da comunidade indígena para a cidade, no caso particular, Boa Vista-RR. Revela à entrevistada (P1) que: *“a vida de uma*

criança indígena é muito diferente da vida de uma criança não índia, é outra cultura, outros costumes, os limites geográficos são diferentes”; uma das dificuldades narradas pela entrevistada ao chegar na cidade: *“foi sem dúvida me acostumar com o meu limite, dentro dos espaços geográficos, os muros de minha nova casa me assustavam, não sabia brincar dentro daquele caixote*. De acordo com Santilli (1997) “No espaço geográfico, os macuxi ordenam suas casas circunvizinhadas em conjuntos de familiares próximos (os parentes), o que possibilita além da interação das decisões políticas a vida social na aldeia”.

A dimensão sobre a educação escolar a entrevistada (P1), descreve que o ambiente escolar representava: *“para mim era um mundo novo, pois eu com nove anos não tinha estudado ainda, era muito tímida, talvez insegura, mas fui bem acolhida na escola, principalmente pelos professores. Sabiam que eu era uma criança indígena, mas tive que me adequar aos hábitos e costumes da escola, principalmente a alimentação da escola”*. A entrevistada (P2), observa seu ingresso como um grande impacto: *“De início havia saído de uma escola pequena, fiquei assustada com a mudança, em ter que estudar em escola grande”*. Em sua fala faz um paralelo das diferenças entre a escola da sua comunidade e a da cidade, quando afirma que: *“na comunidade estudávamos com familiares, irmãos, primos, com os parentes, já na cidade tudo é diferente, todo mundo olhando para você diferente”*.

Grupioni (2001) descreve a educação indígena evidenciando que a criança é socializada pela família e nas relações da aldeia. Ela aprende fazendo, experimentando, imitando os adultos. As crianças acompanham os pais e os seus brinquedos são miniaturas de instrumentos que ela irá utilizar em sua vida adulta.

As entrevistadas apontam que as maiores dificuldades de aprendizagem apresentadas no âmbito escolar no ensino fundamental, estavam relacionadas a aprendizagem da língua portuguesa e que as mesmas foram sanadas com aulas de reforço. Neste sentido Silva (2014), compreende a língua como um sistema social e, como tal, possuidor de uma gama de significados compostos de riqueza cultural, social e emocional que se fundamentam através da fala.

No Ensino Médio revelam as entrevistadas (P1) e (P2), que a língua já não era mais dificuldade e, na Universidade, relatam que seus desempenhos foram aprimorando-se. A entrevistada (P2) destaca que o curso de Licenciatura Intercultural ajudou fortalecer a identidade étnico-cultural, principalmente porque: *“quando o índio vem para a cidade termina se distanciando, as vezes perdendo mesmo a identidade”*. Ribeiro (1999), quando refere-se que um

indígena quando passa da condição de índio tribal, em que sua consciência é o *ethos* específico, para a condição genérica de índio civilizado, a antiga consciência começa a ruir e a se decompor, para dar lugar a uma nova forma que permanece sendo étnica, mas já corresponde, com a mentalidade, à sua condição atual.

Nas dimensões sobre as percepções das questões étnico-raciais, no sistema educacional, a entrevistada (P1) e (P2) relatam terem vivido preconceito e discriminação na Universidade, atribuem as ações sofridas devido a suas origens indígenas. A entrevistada (P1) reflete que a imagem do índio na sociedade continua sendo reproduzida pelos livros didáticos: *“o índio sem roupas e morando em ocas, apesar de termos em Roraima ainda está representatividade através dos povos Yanomamis, mas a grande maioria das etnias de Roraima, são agentes políticos, defendem seus direitos e estão articulados com associações”*.

A reprodução ideológica do índio que se tem no livro didático, para Goffman (1988), classifica-se como uma forma de estigma elaborada enquanto uma categoria de preconceito em virtude de indicar um atributo depreciativo, que pode ser visível ou imputado ao outro por conta da percepção ideológica valorativa de quem se considera superior ou normal.

A entrevistada (P2), por sua vez, relata que vivenciou vários momentos que ela caracteriza como sendo formas de preconceito e discriminação. A primeira delas foi na própria comunidade, em virtude de sua mãe ser indígena e seu pai ser paraibano, branco de olhos claros. E, por conta disso, no início *“eu mesma negava que era indígena por ter a cor clara e não parecer tanto com indígena”*. Então quando alguém dizia: *“você não é índia”*, então eu dizia: *“Então não sou índia”*. Não fazia questão de defender a minha identidade e acabava negando-a, especialmente na escola.

Considerando as narrativas das entrevistadas, Santiago, Akkari & Marques (2013) trazem para o debate a prática de racismo vivenciada pelos indígenas seja dentro da sua própria comunidade ou fora dela, apontando que esse é um comportamento de hostilidade e menosprezo em relação às pessoas ou grupos humanos cujas características diferenciam-se dos demais. Dessa forma, é comum se vivenciar a manifestação de atos discriminatórios seja de forma individual, seja de forma coletiva e/ou institucional, apontada como ocorrências discriminatórias contínuas que operam sob a forma de segregação no espaço urbano, na escola e no mercado de trabalho.

Em relação aos aspectos pluralidade cultural e inclusão educacional os sujeitos da pesquisa (P3, P4 e P5) relatam que os alunos indígenas são recepcionados como todos os outros na escola; que os mesmos não se auto declaram como indígenas no ato da matrícula e que não acontece

um acompanhamento diferenciado para os alunos indígenas principalmente com relação aos seus costumes, hábitos, valores e crenças. Vale ressaltar que a dimensão conceitual sobre a inclusão educacional em sua amplitude traz a compreensão segundo Santiago, Akkari & Marques (2013), enquanto apoio e acolhimento às diferenças de todos os sujeitos, sendo a educação um direito humano básico e alicerce de uma sociedade justa e solidária.

As entrevistas (P3, P4 e P5) quando questionadas sobre as questões étnico-raciais na escola, afirmaram que apesar da existência da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório, nas escolas brasileiras, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e de seu conhecimento pela maioria dos profissionais da escola, não é praticada. Pelo contrário, pode-se verificar a existência de um preconceito *“meio que camuflado, em sala de aula, nos corredores, na hora do intervalo, se escuta piadas e brincadeiras de mau gosto”*. Tal assertiva é respaldada por Santiago, Akkari & Marques (2013) quando afirmam que os profissionais da educação não percebem a existência do racismo e da discriminação racial no cotidiano escolar, por consequência, as práticas pedagógicas não se comprometem com o desenvolvimento de atividades de valorização dessa população. Os alunos considerados diferentes são aqueles que apresentam baixo rendimento, oriundos de camadas populares, com níveis de violência.

De modo geral em suas narrativas, os sujeitos da pesquisa (P3, P4, P5), declaram que a escola não desenvolve sistematicamente programas de inclusão pela diversidade étnica. Além disso, o corpo docente e os demais atores da educação necessitam de capacitação para desenvolver as dimensões educativas no sentido da educação para a diversidade. As práticas pedagógicas ficam a critério do professor decidir quais metodologias, material didático-pedagógico, currículo e tipo de avaliação, que deve ser adotado com relação aos alunos indígenas, enfatizam que as práticas pedagógicas são homogeneizadoras. Em se tratando do livro didático, declaram que é possível identificar imagem, palavras, conceitos e atitudes que estigmatizam o índio.

Entretanto, verifica-se que à entrevistada (P4) por pertencer a uma comunidade indígena e atuar como professora nesta comunidade tem uma visão diferenciada, dos sujeitos da pesquisa (P3 e P5), pois evidencia em suas narrativas que no processo de matrícula nas escolas indígenas, os alunos são identificados por sua etnia, *“para poder saber exatamente o total geral de cada etnia. A única coisa que se diferencia da escola não indígena é o trabalho com a língua materna, pois as tradições culturais fazem parte do planejamento docente ao longo do ano letivo”*. Considera que *“na escola indígena, ou na escola da cidade, os alunos são tratados de forma diferenciada, pois*

na comunidade indígena o diferente é o não índio, mas ele se envolve melhor que o índio. Na cidade, o índio tem vergonha de tudo. Ele mesmo acaba se excluindo. Tem medo de perguntar alguma coisa, não se integra, fica pelos cantos e, assim, acaba dificultando o seu processo de inclusão e de aprendizagem”. Afirma a entrevistada que algum tipo de preconceito étnico, estigma e/ou discriminação contra os alunos indígenas só é visível, quando o índio sai da comunidade para estudar na cidade, pois é quando começam a surgir às diferenças, principalmente na forma como os não índios os enxergam. Com relação à aprendizagem dos alunos indígenas, faz um paralelo entre o desenvolvimento do aluno na escola da cidade e a diferença do aprendizado na escola indígena e, avalia que as diferença étnica afetam a relação dos alunos indígenas com os saberes e, consequentemente, com sua aprendizagem.

Neste sentido Silva (2014) refere-se que historicamente o sistema educacional constitui-se enquanto demarcador de fronteiras que elege e classifica num exercício pleno de poder e, onde, no cotidiano educacional brasileiro a predominância de concepções e práticas estão pautadas em tendências herdadas pela ideia de se criar um único povo, e uma única nação, de modo a promover a igualdade. A partir de então, a necessidade de se compreender a educação enquanto lógica de função social e, nesse sentido Goffman (1988), alerta que “não é para o diferente que se deve olhar na busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum (p. 138)”, efetivando práticas dialéticas, problematizadas entre o passado histórico, o presente e o que se pretende para o futuro, ou seja, possibilitar uma ação pedagógica crítica, inserida nas histórias de vida de seus atores e, não o contrário.

DISCUSSÃO

Historicamente o processo de escolarização brasileira empreendida aos indígenas pelos missionários estabelecida no período colonial no Brasil configurou-se por diferentes momentos. No primeiro momento foi instrumento de catequização e, posteriormente, de formação de mão-de-obra para depois ser incorporada à nação brasileira como trabalhadores nacionais. Ribeiro, (1999) percebe que desde os missionários jesuítas aos positivistas do serviço de proteção aos índios; do ensino catequético ao ensino bilíngue, a tônica foi uma só, negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram, desconsiderava-se os valores

e princípios adquiridos na família e na comunidade dos indígenas, que inclui os diferentes processos de socialização, a língua e a cultura específica de cada etnia.

Os sujeitos da pesquisa denominados (P1) e (P2) percorreram um longo processo de aceitação pessoal e de construção de suas identidades étnicas, esse processo foi marcado por três momentos distintos: o primeiro momento evidenciado pelo conflito e a negação de suas identidades étnicas. O segundo momento, pela passividade e aceitação da imposição das regras ao meio a qual foram inseridas no espaço escolar. E, o terceiro momento, estabelecem uma visão crítica e consciente de suas identidades e pertencimento ao povo Macuxi.

A trajetória das entrevistadas (P1) e (P2), no sistema educacional revela o desenvolvimento escolar das mesmas, evidenciando dificuldades em relação aos conhecimentos escolares a serem adquiridos. Uma das dificuldades apontadas pelas entrevistadas, foi a aprendizagem da língua portuguesa, a qual notabiliza-se como problema para o desenvolvimento dos saberes escolares em processo. Por outro lado, avalia-se como avanço a oportunidade que tiveram de concluir uma formação acadêmica, como também a possibilidade de retornarem para sua comunidade enquanto profissionais da educação, capacitadas para contribuir com o seu povo.

O processo vivenciado pelas entrevistadas (P1) e (P2) foi marcado por concepções racistas e discriminatórias, porém estes momentos foram positivos para a incorporação de aprendizagens, alteridade e fortalecimento da etnicidade.

Considerando as declarações fornecidas pelos sujeitos (P3), (P4) e (P5), é possível observar que apesar dos contextos e pontos de vistas serem diferentes no âmbito institucional, seus relatos complementam e confirmam o mencionado pelas entrevistadas (P1) e (P2) ao processo de inclusão do Macuxi, no sistema educacional. Assim, percebe-se, por meio das narrativas dos sujeitos pesquisados, que os indígenas, são tratados de forma homogeneizada, tanto no âmbito administrativo quanto didático-pedagógico no sistema educacional.

Outra questão mencionada na pesquisa refere-se aos conhecimentos e as práticas sobre os aportes legais que envolvem as questões étnico-raciais na escola e, ficou evidenciado no relato das entrevistadas (P3), (P4) e (P5), que na escola da cidade a temática é desenvolvida como conteúdo transversal em ocasiões pontuais e que na escola indígena o trabalho é efetivo e está voltado para a interculturalidade. As entrevistadas informam ainda, que as escolas não contemplam a temática ao efetivar o planejamento político pedagógico. Tal ferramenta encontra-se descrita em Brasil (1997) norteado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que trata sobre a pluralidade cultural

relacionada às diferenças étnicas e os estereótipos presentes no cotidiano escolar, pautada pelo princípio de alteridade, que se consolida pela relação de interação e dependência do eu com outro, onde o sujeito seja capaz de se colocar no lugar do outro sujeito, em uma relação baseada no diálogo e valorização das diferenças existentes. Silva (2014) confere que a teoria cultural contemporânea traz como abordagem a necessidade de considerar o processo de produção social, que envolvem as relações de poder, pelo qual se estabelece a marcação simbólica das diferenças em forma de negação, como também de similaridades dos sujeitos ou grupos.

São esses instrumentos e suas práticas pedagógicas nas instituições educacionais que permitirá a compreensão de que a ideologia da democracia racial consolidada na sociedade brasileira está constituída pelo mito da democracia racial, bem como pela aceitação e valorização de todas as formas de igualdade social. Sendo portanto, necessário o debate, a problematização e a compreensão das questões étnico-racial, da discriminação, do preconceito, bem como do direito as diferenças humanas. Por outro lado, as questões da pluralidade cultural, do multiculturalismo e as diferenças tornaram-se tema de grande relevância e, encontram-se presentes em pesquisas na educação e na formação de professores. Entretanto, a tomada de consciência desse contexto, sobre a diversidade e as diferenças, requer a desconstrução de conceitos colonialistas impregnados nos espaços sociais.

RECOMENDAÇÕES

Considerando a Legislação brasileira para com a diversidade étnica, que direciona em suas propostas princípios e procedimentos, e guia a organização do sistema educacional de ensino em suas dimensões metodológicas, pedagógicas e administrativas, destacando-se o processo de ensino aprendizagem dos educandos, evidencia-se, deste modo, que a legislação contempla práticas voltadas para a inclusão educacional das diferenças étnicas, centrada na aprendizagem, na apropriação de culturas, saberes e fazeres.

Assim, mediante o propósito da pesquisa e os resultados obtidos, e visando direcionar um olhar mais atencioso para a temática abordada recomenda-se:

- Estreitar o distanciamento entre as instituições e a comunidade educacional, com a finalidade de penetrar em seus universos socioeconômico e cultural;
- Reconhecer as múltiplas identidades e suas diferenças presentes nos espaços escolares e, refletir sobre de construção da identidade cultural e suas diferenças, considerando o processo histórico de formação e conformação do povo brasileiro;
- Articular uma política voltada para a igualdade e a diferença, no âmbito administrativo e pedagógico, apoiadas na legislação brasileira;
- Problematicar o caráter monocultural e o etnocentrismo, presente nas práticas pedagógicas, nas instituições educacionais, garantindo a desconstrução de conceitos colonialista presentes no cotidiano escolar;
- Promover a capacitação dos profissionais de educação de forma sistematizada, favorecendo o empoderamento de conhecimentos e ações, na perspectiva de consolidar uma educação para todos de forma crítica e emancipatória;
- Visibilizar qualquer tipo de ocorrência de violência contra essa população e buscar resoluções coletivas na instituição, bem como recorrer ao que se estabelece as Diretrizes para o atendimento de educação escolar para a população em sistema de itinerância.

Como primeiro passo faz-se necessário partir de um diagnóstico situacional sobre a instituição, considerando toda a sua dinâmica educacional para propor as devidas intervenções, num caminho que possibilite uma relação de poder horizontal entre todos, valorizando as diferenças como oportunidades de novos saberes.

REFERENCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. 1997. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF.

Chizzotti, A. (2013). Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Ferri, P. 1990. Achados ou perdidos? Goiânia: MLAL,

Goffman, E. (1988). **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro.

Grupioni, L. D. B. (2001). O Ponto de Vista dos Professores Indígenas: entrevistas com Joaquim Maná Kaxinawá, Fausto Mandulão Macuxi e Francisca Novantino Pareci. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, pp. 154-176.

Luciano, G. dos S. (2006). O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.

Ribeiro, D. (1999). Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Sampierri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2006). Metodologia de Pesquisa. 3. d. São Paulo: McGraw-Hill.

Santiago, M. C; Akkari, A.; Marques, L. P. (2013). Educação Intercultural: Desafios e possibilidades. Petrópolis, RJ: Vozes.

Santilli, P. (1997). Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In: Barbosa, R. I.; Ferreira, E. J. G. Castellón, E. G. (Orgs.). Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. Manaus, INPA. pp. 49-64.

Silva, T. T. da. (Org.). (2014). Identidade e diferença: perspectivas dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sodré, M. 1999. Escuros – identidade, Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes.

Souza, A. H. C. de. 2009. Indígenas urbanos de Boa Vista/RR: aspectos de migração e estado de pobreza. Acesso outubro 12, 2015, em <https://ufrr.br/ppgsof/index>.